

# DECLARAÇÃO DOS BISPOS

(Especial para o "Correio do Povo")

GUSTAVO CORÇÃO

Reunidos em Goiânia, os cardeais, arcebispos e bispos do Brasil lavraram uma Declaração de capital importância onde são abordados três dos grandes problemas dos tempos presentes: a educação, o desenvolvimento econômico e a atitude política chamada nacionalista. Não pretendo fazer aqui um trabalho de exegese do documento, para o qual me falta autoridade, mesmo porque a Declaração fala por si mesma com suficiente clareza; mas pretendo tornar pública a alegria que me deu o formidável apoio das idéias que tantas vezes tenho defendido nestas colunas. No que concerne à educação, o documento lembra os direitos da família, anteriores aos do Estado, lembra o caráter meramente supletivo que deve ter o Estado em matéria de educação, e denuncia com especial vigor o regime de usurpação que adultera as diretrizes educacionais no Brasil. "No Brasil, a ingerência do Estado em matéria educacional precisa encontrar um limite, que possa salvar a cultura ameaçada pela estandarização, que decretos e portarias provocam. Não tememos dizer que a intervenção estatal, é, em grande parte, responsável pela mediocridade da nossa escola secundária. O Estado criou um tipo de escola regulando tudo, desde os programas, os horários, até os detalhes burocráticos mais insignificantes. As escolas particulares podem funcionar, uma vez que recebem outorga do Estado, a qual lhes é dada pelo preço de sua subordinação aos padrões oficiais. A cultura só pode vicejar onde há liberdade de pesquisas — liberdade de métodos. O Estado brasileiro torna impossíveis experiências novas: nenhum colégio pode alterar os programas, que lhes chegam prontos. Nem tentar caminhos diferentes. Só o Estado pode dizer quando é preciso mudar. E nisso vai, muitas vezes, o sacrifício de uma geração".

Aí está o libelo, e não podia ser mais nítida a acusação: o regime que funciona no Brasil, em matéria de educação, é totalitário, e parte do princípio, monstruosamente falso, pelo qual compete ao Estado legislar e promover as normas e diretrizes de formação hu-

mana. Mas é preciso notar que não pretendemos diminuir os encargos do Estado quando reivindicamos a emancipação do ensino e quando frisamos o caráter supletivo da função estatal. Não queremos que o Estado faça menos do que faz: num sentido, o da orientação e da padronização, queremos sem dúvida que o Estado se abstenha; mas no sentido de ajuda e suprimento, queremos que o Estado faça muito mais do que tem feito. Em poucas palavras, queremos mais, mas na boa direção. Na situação de descalabro em que chegou o Brasil, não podemos imaginar que a livre iniciativa seja capaz de suprir as enormes lacunas. Como em todo empreendimento materialmente volumoso, o país precisa de um maciço auxílio que só o Estado está em condições de realizar. Mas entre esse auxílio e a petulância de por a sorte cultural do país em termos de decretos e portarias vai uma infinita distância. Dou um exemplo mais claro: o Estado deve abrir mais escolas, deve financiar e pagar professores, mas não deve, para essas mesmas escolas que mantém, traçar normas educacionais. Já não falo das escolas particulares subvencionadas, mas das próprias escolas do governo: seus programas, suas diretrizes, devem emanar do próprio corpo de professores e de educadores, e devem ter a elasticidade e a diferenciação inerente aos grupos sociais que promovem a cultura. "A cultura só pode vicejar — diz a Declaração dos Bispos — onde há liberdade de pesquisas". Admite-se, sem dúvida, um mínimo de intervenção governamental na parte fronteiriça, inevitável, entre o domínio da educação e o domínio mais amplo do civismo e dos costumes. Como toda a liberdade cívica, a da pesquisa pedagógica não pretende ser absoluta e incontrolada. Mas a parte essencialmente educacional tem de escapar à competência dos decretos e portarias. Dou outro exemplo que me parece elucidativo: não lembraria a nenhum Presidente e a nenhum ministro decretar ou baixar portarias determinando o método que deve seguir um cientista num centro de pesquisas pago pelo governo; não compete ao Estado le-

gislar sobre a maneira de estudar, os raios cósmicos; não compete também ao Estado fazer crítica literária. Todas essas coisas são feitas dentro de uma sociedade por seus grupos próprios, e é assim que podem funcionar bem as diversas partes do conjunto cultural de uma sociedade. Na Rússia, o governo exerce pressão direta, tirânica, sobre todos os setores da cultura que se aproximam do humano: decretam pedagogias, filossófias, psicologias, genéticas e sociologias; e é por isso que a contribuição humanista da União Soviética é tão pequena. Duvido porém que o sr. Kruschew determine diretrizes para as pesquisas físicas. Essas são livres. Nessas não há perigo que venha o russo descobrir um dia que o homem é essencialmente racional e diferente de um cachorro por esse traço específico. E é por isso que os russos tiveram em física, em satélites, um progresso em chocante desproporção com o insignificante progresso na medicina e na psicologia. Não há progresso cultural orgânico, total, sem liberdade de pesquisa. Como se explica então que o ponto mais sensível, mais vital, mais consequente da cultura seja entregue à rigidez dos decretos e portarias?

A re colocação dos problemas educacionais em bases condizentes com a natureza das coisas é hoje, sem a menor dúvida, o mais agudo, o mais premente dos problemas brasileiros. Terão os atuais dirigentes noção exata de suas responsabilidades neste domínio? O documento do episcopado não se pronuncia a esse respeito, e é por conta própria, e firmado na observação dos fatos, que tiro a minha conclusão: não, não parece que os dirigentes da República tenham aproximada idéia da gravidade do problema. Há porém uma parte do documento episcopal que merece particular atenção. É aquela que dá a síntese, depois do exame analítico dos diversos problemas. Diz assim o documento: "Nos intervalos de nossos estudos pastorais (...) visitamos Brasília, símbolo do Brasil de amanhã. Ao vermos a nova Capital (...) medimos, ainda mais, a inadiabilidade do triplice aviso que deixamos aqui:

— se a educação não for colocada pelo Estado em seus devidos termos, se a família e a Igreja não tiverem na obra educativa o papel insubstituível que lhes cabe, construções materiais como Brasília serão imensos corpos sem alma;

— se os problemas sociais não tiverem tratamento adequado, a capital da democracia que imaginamos construir poderá ser amanhã capital de mais uma das chamadas democracias populares;

— se a política não se deixar orientar pela moral, se o bem comum não pairar acima de paixões e interesses inconfessáveis, tudo poderá acontecer neste país e nem valerá a pena estar construindo cidades novas na esperança de um mundo melhor". A seguir dizem os srs. Bispos que o discurso com que os recebeu em Brasília o sr. Presidente da República os encheu de justificada esperança.

Novamente por conta própria, e sem pretender tirar tais conclusões do documento lavrado pelos Bispos do Brasil, digo eu que ainda espero sinais mais significativos para ter um começo de esperança. As reservas que tenho dessa humana esperança — que pode faltar sem pecado contra Deus e contra a pátria — vêm dos homens bons e operosos que encontro e que me permitem supor a existência de muitos outros espalhados por aí nesses oito milhões de quilômetros quadrados. Há professores e professoras que, apesar da prodigiosa estupidez dos regulamentos, continuam a ensinar e a educar com eficiência e com amor; há funcionários, até mesmo na Prefeitura do Distrito Federal, que são modelos de honestidade e de operosidade; há moços que não se deixam levar pelo antiamericanismo dos guias comunistas e que sonham servir a pátria com as fortes armas da competência e da probidade. Todos os dias nós encontramos homens e mulheres que nos reconciliam com a humanidade e nos alimentam a esperança de um Brasil maior e mais nobre. Essas são as nossas reservas de ânimo e confiança. Dos dirigentes que aí estão não me vem o menor entusiasmo, a menor parcela de alegria. Bem gostaria de ter a confiança que os srs. Bispos declararam; mas não consigo. E como não sou Bispo nem Cardinal não tenho a menor cerimônia de declarar o enfado infinito, a infinita melancolia com que vejo a sarabanda política que arruina o Brasil. No que estiver ao alcance deles — não tenham dúvidas — as construções materiais de Brasília serão apenas um imenso corpo sem alma.